Radio Sociedade da Bahia S/A

CNPJ Nº 15.122.468/0001-26

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2025.

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos Em 31 de Dezembro 2025 e 2024 - (Em R$)

Ativo	Nota	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	
Contas a receber	03	2.412.209	2.528.240
Impostos a recuperar / compensar	04	1.178.211	970.398
Adiantamentos	05	845	4.302
Despesas antecipadas	06	16.105	3.128
Cheques a Recuperar	07	12.253	12.253
		3.6919.623	**3.518.320**
Ativo não circulante			
Contas a receber	08	34.907	34.907
Depósitos Judiciais	09	455.650	299.764
Imobilizado	10	206.082	265.928
Intangível	11	22.391	34.754
		719.030	**635.354**
Total do ativo		**4.338.654**	**4.153.674**

Passivo	Nota	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	12	1.004.640	480.776
Empréstimos e financiamentos	13	1.606.292	773.227
Impostos e contribuições a recolher	14	548.947	557.691
Parcelamentos de Impostos	15	17.251	6.297
Salários e encargos sociais	16	307.907	601.290
Provisão Trabalhistas	17	4.218.393	3.977.518
Contas a pagar	18	515.568	372.816
Parcelamentos energia	19	-	35.803
Adiantamentos	20	63.168	63.168
		8.282.166	**6.868.586**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos		-	-
Impostos e contribuições a recolher		-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.371.250	1.889.202
Parcelamentos de Impostos	15	-	21.589
		2.371.250	**1.910.792**
Patrimônio líquido			
Capital social	22	2.777.880	2.777.880
Prejuízos acumulados		(9.092.642)	(7.403.584)
		(6.314.762)	**(4.625.704)**
Total do passivo		**4.338.654**	**4.153.673**

Demonstrações das Mutações no patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.777.880**	**(6.602.962)**	**(3.825.082)**
Prejuízo líquido do exercício	-	(800.621)	(800.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.777.880**	**(6.602.962)**	**(3.825.082)**
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.689.059)	(1.689.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.777.880**	**(9.092.642)**	**(6.314.762)**

Demonstração do resultado - exercícios findos em 31 de dezembro 2025 - (Em R$)

	2025	2024
Receita liquida de vendas	**11.471.980**	**11.736.355**
(-) Custos dos Serviços	(10.018.473)	(9.620.594)
= Lucro bruto	**1.453.507**	**2.115.761**
(+/–) Receitas/ (despesas) operacionais	**(3.016.589)**	**(2.917.517)**
Despesas tributarias	(125.114)	(136.690)
Despesas gerais e administrativas	(2.932.800)	(2.820.401)
Outras receitas e (despesas operacionais)	41.325	39.674
(+ /–) Receitas / (despesas financeiras)	**(125.976)**	**1.134**
Receitas financeiras	196.248	163.941
Despesas financeiras	(322.224)	(162.807)
Impostos e Contribuições		
(=) Prejuízo (-) ou Lucro (+) líquido do exercício	**(1.689.059)**	**(800.621)**

Demonstração dos fluxos de caixa - exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(1.689.059)	(800.621)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	109.466	112.433
Perdas com duplicatas incobráveis	44.119	-
Encargos financeiros	304.760	140.902
Constituição de provisão para contingências	482.047	(160.000)
Baixa do ativo imobilizado (Ativo–Depreciação)	9.275	2.679
	(739.391)	**(704.607)**
Contas a receber	71.911	8.523
Impostos a recuperar	(207.813)	(139.557)
Adiantamentos	3.457	9.393
Despesas antecipadas	(12.977)	825
Depósitos judiciais	(155.886)	(12.053)
Cheque Recuperar	-	-
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos	**(301.308)**	**(132.869)**
Fornecedores	523.864	53.482
Impostos e contribuições a recolher	(8.744)	1.034
Salários e encargos sociais	(293.383)	324.855
Provisão Trabalhistas	240.875	186.509
Contas a pagar	106.949	43.005
Parcelamentos	(10.635)	(9.442)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos	**558.927**	**599.443**
Caixa proveniente das operações	**(481.772)**	**(238.03)**
Imposto de renda e contribuição social	–	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(481.772)**	**(238.033)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(46.531)	(28.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(46.531)**	**(28.171)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	528.303	266.204
Amortização de empréstimos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**528.303**	**(266.204)**
(Diminuição)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
(Diminuição)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações às Contábeis

1. Contexto operacional - A Rádio Sociedade da Bahia S.A, têm por objeto social a execução de serviços de radiodifusão, a divulgação de programa com a finalidade de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, podendo explorar a propaganda comercial dentro dos limites fixados pela lei, atividades correlatas ou conexas, tais como a importação, a exportação e comercialização de programas de sonora, e a realização de espetáculos de qualquer natureza. **2.** Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas. **2.1. Base apresentação -** As demonstrações financeiras da sociedade são de uso exclusivo dos quotistas e de seus assessores legais e contábeis. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. **2.2. Classificação corrente versus não corrente -** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação -** A Administração da companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional do grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Mensuração do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis da companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **a)** Contas a receber de clientes e outros créditos - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação quando aplicável. **b)** Ativos e passivos financeiros não derivativos - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **2.5. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **a) Investimentos mantidos até o vencimento -** Caso a companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros. **b) Empréstimos e recebíveis -** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata. **Passivos financeiros não derivativos -** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. **2.7. Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável **(nota explicativa 3)**. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos **2.8. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando existentes. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação -** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis prospectivamente. **2.9. Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração -** A Companhia possui software como ativos intangíveis. Os softwares registrados possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Amortização -** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, e reconhecido no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes: **2.10. Redução ao valor recuperável ("impairment") - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao grupo sobre condições de que a companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros -** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. **2.11. Provisões -** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **2.12. Reconhecimento de receita – Venda de produtos -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando ocorre a exibição dessa. A companhia reconhece a receita quando o seu respectivo valor pode ser mensurado com segurança e quando seus benefícios e riscos são transferidos aos seus respectivos clientes. A receita bruta de publicidade da companhia compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como demais negociações para exibição. As trocas não monetárias de publicidade por serviços e produtos são registrados ao valor de mercado em receitas e despesas. Receita de publicidade: são provenientes de transmissão na televisão aberta, merchandising inserido na programação própria, publicação em revistas e sites. Essas receitas são reconhecidas quando a publicidade é exibida ou publicada ao longo do período de contrato de publicidade. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **2.13 Receitas e despesas financeiras** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A companhia também possui ganhos e perdas com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. O grupo também possui ganhos e perdas com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registradas no resultado através do método de juros efetivos **2.14. Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, pelas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **2.15. Adoção das normas IFRS, novas e revisadas - (i) Alterações às normas IFRS e às novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente** No exercício corrente, a Companhia avaliou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014. Essas normas não afetaram o grupo. **(ii) Normas e interpretações novas e revisadas, já emitidas e ainda não adotadas -** Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte do grupo. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras: **IFRS 3 – Combinação de Negócios -** A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultante de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros -** A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Sociedade, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. O Grupo quantificará o efeito em conjunto com as outras fases quando for emitida a norma final. **IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes -** Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2017 estabelece princípios para o reconhecimento aplicáveis a todos os tipos de receitas auferidas por contratos e/ou relacionamento com clientes, cujos impactos na demonstração financeira, decorrente desse novo pronunciamento está em análise pela administração. **IFRS 11 – Contabilização para Aquisições de Participações em Conjunto -** As alterações à IFRS 11 fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3: - Combinações de Negócios. Mais especificamente, as alterações afirmam que os princípios relevantes da contabilização de combinações de negócios na IFRS 3 e em outras normas (por exemplo, na IAS 36, com relação ao teste de redução ao valor recuperável de uma UGC, a qual o ágio sobre a aquisição de uma operação conjunta foi alocado) devem ser adotados. As mesmas exigências devem ser aplicadas à formação de uma operação conjunta se, e apenas se, um negócio existente for contribuído para a operação conjunta por uma das partes que participam da operação conjunta. Um operador conjunto é também obrigado a divulgar as informações relevantes exigidas pela IFRS 3 e outras normas com relação a combinações de negócios. As alterações à IFRS 11 devem ser adotadas prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. **Alterações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização -** As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível. Essa presunção pode ser apenas refutada nas duas circunstâncias limitadas a seguir: a) Quando o intangível é expresso como uma medida da receita, ou; b) Quando pode ser demonstrado que a receita e o consumo de benefícios do intangível estão substancialmente correlacionados. Tais alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. **IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas -** A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações financeiras individuais e combinadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e combinadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão discutidas a seguir: **Impostos** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, dado o amplo aspecto de relacionamentos dos negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou as futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. O grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais brasileiras. O valor dessas provisões baseia-se em dois fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio do Grupo. **Valor justo de instrumentos financeiros -** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas -** O grupo reconhece provisão para as demandas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui: (i) a avaliação das evidências disponíveis, (ii) a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, (iii) as decisões mais recentes nos tribunais e (iv) sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções trabalhistas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3 – Contas a receber	2025	2024
Clientes Nacionais	5.529.342,82	5.601.253,81
(-) PPDV	(3.117.133,43)	(3.073.014,11)
Total	**2.412.209,39**	**2.528.239,70**

4–Impostos a recuperar / compensar	2025	2024
Cofins	7.347,98	7.347,98
Pis	2.377,59	2.377,59
Csll saldo negativo	21.764,31	21.764,31
Irpj saldo negativo	98.448,09	98.448,09
Cprb	1.288,65	1.288,65
Cofins–recuperar	206.427,76	198.801.19
CSLL–recuperar	48.668,47	46.126,66
IRPJ–recuperar	717.010,06	521.017,81
Pis–recuperar	44.747,81	43.095,42
IRRF–s/aplicação	30.130,34	30.130,34
Csll Estimada a recuperar	0,00	0,00
Total	**1.178.211,06**	**970.397,34**

5–Adiantamentos	2025	2024
Adiantamentos de Férias	845,35	4.302,34
Total	**4.302,34**	**4.302,34**

6 – Despesas antecipadas	2025	2024
Seguros Contra Roubo a Apropriar	16.104,51	3.127,76
Total	**3.127,76**	**3.127,76**

7 – Cheques a Recuperar	2025	2024
Cheques a Recuperar	12.253,00	12.253,00
Total	**12.253,00**	**12.253,00**

8 – Contas a receber	2025	2024
Contas a Receber	34.906,93	34.906,93
Total	**34.906,93**	**34.906,93**

9 – Depósitos judiciais	2025	2024
Paulo Roberto do Espirito	34.924,35	34.924,35
Sindicato dos Radialistas	224.268,14	72.124,24
Curso e Colégio	169.802,50	169.802,50
Napoli Consultoria	12.410,56	12.410,56
Stemac SA Grupos	7.114,44	7.114,44
André Fofano Gama	3.388,34	3.388,34
Municipio de Lauro de Freitas	3.741,64	0,00
Total	**455.649,97**	**299.764,43**

10 - Imobilizado - A composição do saldo do ativo imobilizado está registrada conforme quadros a seguir:

	Custo	Deprecição Acumulada	2025 Líquido 2025	2024 Líquido 2024
Aparelhagens e acessorios	1.130.563,96	(592.668,32)	537.895,64	546.268,39
Arrend. Mercantil– Transmissor	1.337.522,72	(822.572,18)	514.950,54	514.950,54
Arrend. Mercantil– Veiculos	372.080,00	(372.080,00)	–	-
Computadores e periféricos	366.797,75	(310.616,17)	56.181,58	108.613,94
Instalaçoes e adptações	13.922,19	(13.922,19)	–	-
Maq. e Eqtos eletrônicos (Digital)	270.893,56	(270.893,56)	–	-
Maquinas e Equipamentos	165.541,53	(121.276,68)	44.264,85	44.647,17
Móveis e utensílios	218.990,37	(200.439,58)	18.550,79	17.246,11
Reavaliação	–	(965.761,30)	(965.761,30)	(965.761,30)
	3.876.312,08	**(3.670.230)**	**206.082**	**265.928**

11. Intangível -

	Custo	Amortização Acumulada	2025 Líquido 2025	2024 Líquido 2024
Software	112.624	(101.057)	11.567	23.930
Marcas e patentes	10.824	–	10.824	10.824
Total	**123.449**	**(101.057)**	**22.391**	**34.754**

12–Fornecedores	2025	2024
Consumo /Imobilizado	299.776,48	276.206,19
Serviços	704.863,11	204.569,70
Total	**1.004.639,59**	**480.775,89**

13–Empréstimos e financiamentos	2025	2024
Banco Bradesco	1.606.291,89	773.227,37
Financiamento Dell	0,00	0,00
(-) juros a Transcorrer	(0,00)	(0,00)
Circulante	1.606.291,89	773.227,37
Não Circulante	0,00	0,00
Total	**1.606291,89**	**773.227,37**

14–Impostos e contribuições a recolher	2025	2024
ISS	2.582,33	4.055,78
IRRF s/Salário	123.159,09	128.369,54
IRRF s/PJ	945,10	1.171,10
IRRF S/Aluguel	0,00	0,00
INSS retido de terceiros	2.576,74	4.178,03
IRRF s/Propaganda	48,67	71,85
CSL/Cofins/Pis	13.482,51	8.303,65
Icms Diferencial de Aliq	0,00	669,47
IRPJ a pagar	159.353,01	159.353,01
CSLL a pagar	120.450,73	120.450,73
Cofins a pagar	37.329,90	39.933,14
Pis a pagar	8.088,15	8.652,18
Cofins a diferidas	67.864,66	69.139,92
Pis a diferidas	13.066,41	13.342,53
Total	**548.947,30**	**557.690,93**

15–Parcelamentos de impostos	2025	2024
Parcelamento Adm RFB	17.251,41	27.885,98
Circulante	17.251,41	6.296,74
Não Circulante	0,00	21.589,24
Total	**17.251,41**	**27.885,98**

16–Salários e encargos sociais	2025	2024
Salário a pagar	175.098,05	168.292,25
Rescisões de trabalho	5.693,16	26.352,15
Empréstimos consignado	7.712,57	9.863,59
Pensão alimentícia	1.292,67	1.875,24
Ação Trab. Renan Rocha	0,00	255.000,00
INSS	62.088,47	45.931,69
FGTS	40.404,10	70.497,19
Contribuição sindicatos	685,77	610,42
INSS Cont. Prev. Rec. Bruta	14.931,96	22.867,21
Total	**307.906,75**	**601.289,74**

17 – Provisões trabalhistas	2025	2024
Férias a pagar	1.839.170,00	1.858.068,66
Encargos Férias a pg INSS	1.108.378,20	968.019,31
Encargos Férias a pg FGTS	1.270.845,01	1.151.430,28
Total	**4.218.393,21**	**3.977.518,25**

18 – Contas a pagar	2025	2024
Seguros a pagar	17.178,15	1.452,16
Outras contas a pagar	5.682,10	2.533,59
Ecad parcelamento	134.552,72	11.450,81
Abratel	5.014,57	4.239,00
Previsão Temp. Comissão	353.140,93	353.140,93
Cartão Corporativo	0,00	0,00
Total	**515.568,47**	**372.816,49**

19–Parcelamentos de energia	2025	2024
Parcelamento Energia	0,00	35.803,22
Circulante	0,00	35.803,22
Não Circulante	0,00	0,00
Total	**0,00**	**35.803,22**

20 – Adiantamentos	2025	2024
Seja Digital	63.167,68	63.167,68
Total	**63.167,68**	**63.167,68**

21 - Contingencias Trabalhistas / Cível / Tributarias - A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que o Grupo acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas. **(a)Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de diferenças salariais (horas extras, intervalo para descanso e adicional noturno). **(b) Cíveis** - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável. Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos do grupo, foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas trabalhista, civil e tributária. totalizando o montante de R$ 2.371.249,72 em 31 de dezembro de 2025. Abaixo, demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

Quadro Movimentação	2025	Adições	Baixas	2024
Trabalhistas	679.481	–	160.000	19.434
Civéis	1.689.122	–	–	1.689.122
Tributarias	2.647	–	–	2.647
Total	**2.371.250**	**–**	**160.000**	**1.889.203**

22 - Patrimônio Liquido - Capital Social - O Capital social da companhia subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 2.777.880 está representado por 124.732.706 ações ordinárias e 53.446.693 preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Ações Ordinárias	Preferencias	Total	%
Igreja Universal do Reino de Deus	123.211.054	52.794.556	176.005.610	98,78
Outros acionistas	1.521.652	652.137	2.173.789	1,22
Total	**124.732.706**	**53.446.693**	**–**	**100%**

Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - a) Valorização dos instrumentos financeiros - Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são descritos a seguir: **(i)** Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 4): os saldos são apresentados por seus valores de realização; **(ii)** Demais ativos circulantes e contas a pagar: os valores contabilizados aproximam-se dos de realização; **b) Política de gestão de riscos financeiros -** A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que a orienta em relação às transações e requer a diversificação de operações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **Risco de crédito -** A política comercial da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de recebimento dos serviços por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu "Contas a receber". **Risco de liquidez -** É o risco da Companhia, não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **Risco de mercado - risco com taxa de juros -** O risco associado é oriundo da possibilidade da companhia incorrer em perdas por causa das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Cobertura de seguros -** A Administração da companhia adota uma política de efetuar a cobertura de riscos operacionais, danos materiais, lucros cessantes para a responsabilidade civil, em níveis que considera suficientes para cobrir eventuais perdas não previstas. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguro eram consideradas suficientes para Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes. Salvador, 31 de Dezembro de 2025.

Diretoria: **Francisco Damião Avelino da Costa -** Diretor Executivo
Márcio Cruz Silva - Contador - CRC/BA – 032912/09